

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTE  
DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO**

**SOLANGE APARECIDA DOS SANTOS**

**ALFABETIZAÇÃO INFANTIL BASEADA EM EVIDÊNCIAS  
CIENTÍFICAS: UM ESTUDO ATUAL**

**MARINGÁ  
2011**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTE  
DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**SOLANGE APARECIDA DOS SANTOS**

**ALFABETIZAÇÃO INFANTIL BASEADA EM EVIDÊNCIAS  
CIENTÍFICAS: UM ESTUDO ATUAL**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia, pelo curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá, UEM.

**MARINGÁ  
2011**

SOLANGE APARECIDA DOS SANTOS

**ALFABETIZAÇÃO INFANTIL BASEADA EM EVIDÊNCIAS  
CIENTÍFICAS: UM ESTUDO ATUAL**

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ruth Izumi Setoguti – UEM – Orientadora

---

Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Luiz Carlos Faria da Silva - UEM

---

Prof<sup>a</sup> Ms<sup>a</sup> Márcia Cristina Amaral da Silva - ESAP

Maringá, novembro de 2011

# ALFABETIZAÇÃO INFANTIL BASEADA EM EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS: UM ESTUDO ATUAL<sup>1</sup>

Solange Aparecida dos Santos<sup>2</sup>

Universidade Estadual de Maringá

## RESUMO:

A qualidade na educação do Brasil e especialmente a alfabetização sofrem problemas graves, cabendo neste artigo discutir a alfabetização baseada em evidências científicas, bem como demonstrar as diferenças de tal proposta de ensino dentre as demais propostas existentes, fundamentando-se para tanto nos estudos realizados e divulgados no importante documento intitulado 'Grupo de trabalho Alfabetização Infantil'. Elaborado por um grupo de especialistas do Brasil, da França, de Portugal e dos Estados Unidos e da Inglaterra, buscando para além de discutir, evidenciar as principais contribuições desse relatório e suas recomendações para a superação de tais problemas na educação brasileira. Os resultados evidenciaram a superioridade do método fônico frente aos outros métodos de alfabetização.

**PALAVRAS-CHAVE:** Alfabetização, Evidências científicas, Reformulação na educação.

## ABSTRACT:

The quality of education in Brazil and especially literacy suffer serious problems fitting in this article to discuss the evidence-based scientific literacy, as well as demonstrate the differences in teaching such a proposal among the other existing proposals and the reasons for this are the studies carried out disclosed in the important document entitled 'working Group on Children's Literacy. "Prepared by a group of experts from Brazil, France, Portugal and the United States and England, besides seeking to discuss, highlight the main contributions of this report and its recommendations for overcoming such problems in Brazilian education. The results showed the superiority of phonics in the face of other methods of literacy.

**KEYWORDS:** Literacy, Scientific Evidence, Recast in education.

---

<sup>1</sup> Este artigo tem como base o Documento Grupo de trabalho Alfabetização Infantil, como trabalho de conclusão do curso da graduação.

<sup>2</sup> Aluna do 4º ano de graduação do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá.

## INTRODUÇÃO

O Brasil atualmente enfrenta sérios problemas com relação à baixa qualidade na educação, como o alto índice de analfabetismo funcional, em decorrência em grande parte da má alfabetização infantil. Os dados oficiais, tais como: o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), a Prova Brasil, o Programa Internacional de Avaliação de Aluno (PISA), em suas várias edições, demonstram que é evidente o baixo desempenho dos alunos brasileiros em leitura, fazendo nos refletir sobre a importância de se ter uma definição clara acerca do que é alfabetização, bem como os objetivos que se pretende alcançar com os alunos. É preciso buscar nas evidências científicas disponíveis, maneiras de resgatar a qualidade na educação, por meio da adoção de métodos eficazes de alfabetização.

Nos últimos 30 anos foram realizados notáveis progressos científicos sobre leitura e importantes conquistas foram alcançadas em diversos países no tocante às práticas de alfabetização (BRASIL, 2007). No entanto, o Brasil não acompanhou tais evoluções, o que fica evidente pelo insuficiente desempenho apresentado pelos alunos em provas oficiais. E que os rendimentos apresentados refletem o quanto a formação de professores no Brasil ignora os avanços da Ciência Cognitiva da Leitura e as práticas de alfabetização desenvolvidas com sucesso em países desenvolvidos. “[...] cientistas avaliam que o país tem dificuldade de usar tanto conhecimentos científicos quanto dados dos sistemas de avaliação para melhorar a qualidade da educação” (BRASIL, 2007, p. 13 apud OLIVEIRA & SILVA, 2008, p. 25).

Além disso, as definições de alfabetização mais correntes no Brasil diferem do que se encontra nos periódicos científicos de maior circulação internacional.

Se tomarmos como base de referências publicações como, por exemplo, o National Reading Panel Report (NICHHD, 2000), o National Literacy Strategy (OfSTED,2000) ou o Apprendre à Lire (Ministère de la Jeunesse, de l'Éducation Nationale et de la Recherche, 1998), que são formalmente equivalentes aos PCNs, ou se tomarmos como referência os autores e as publicações mais citadas na literatura científica internacional como (Adams, 1990), Oakhill e Beard (1999), ou McGuiness (2004), podemos observar um elevado nível de consenso entre os cientistas e formuladores de políticas educacionais dos outros países a respeito do assunto(OLIVEIRA, 2005, p.3)

Em contrapartida no Brasil tal definição existe, mas não de forma clara e sim de forma distorcida e confusa. Como se pode observar nos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa – Alfabetização (MEC, 1997), a definição de alfabetização que esses apresentam é confusa porque ao tentar definir alfabetização confunde leitura com compreensão, escrita com produção de textos. Assim, de acordo com os PCNs, um aluno que não sabe ler pode não responder a uma pergunta de compreensão porque não sabe ler, e não porque não a entendeu. Dessa forma, um aluno pode não produzir um texto porque não consegue escrever as palavras ortograficamente de forma legível, e não porque não possui as competências intelectuais para produzir um texto, segundo Oliveira (2005) que complementa afirmando que muitas vezes um aluno não sabe ler porque não domina o sistema alfabético da escrita e não porque não possui as competências intelectuais necessárias para produzir um texto.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino da leitura e da escrita bem como diretrizes curriculares oficiais de importantes cidades e estados brasileiros contêm afirmações que se encontram num pólo diametralmente oposto ao que estabelece o estado da arte nesse campo. (OLIVEIRA & SILVA, 2008, p. 3)

No Brasil observa-se o descaso pelos avanços científicos sobre o tema da alfabetização, que de acordo com Oliveira & Silva (2008, p. 18), os trabalhos considerados como atuais e que fundamentam as práticas e políticas de ensino no país não são citados nos importantes periódicos científicos de maior vigor. Ainda de acordo com os autores os trabalhos considerados como “estado da arte” no Brasil não os são pelos periódicos científicos, justamente por adotarem estratégias de alfabetização não compreendidas pelo princípio científico estabelecido na literatura internacional.

A alfabetização é pouco discutida no Brasil por profissionais da educação e pesquisadores da área, sendo que devido aos altos índices de dificuldade de aprendizagem, tais discussões deveriam estar incorporadas.

Oliveira (2009, p. 1) entende que “ se usarmos a definição do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) para a 4ª série, constatamos que cerca de 30% dos alunos chegam ao fim dessa etapa sem conhecer o alfabeto e cerca de 80% são analfabetos funcionais”

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2009), em 2009 havia no Brasil 9,7% de pessoas de 15 anos ou mais de idade analfabetas. Em números absolutos isso representa um contingente de 14,1 milhões de pessoas. Embora, esse percentual seja elevado em comparação ao de inúmeros países desenvolvidos e em desenvolvimento, o maior

desafio que o país enfrenta já não é mais o analfabetismo, mas o analfabetismo funcional. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) define analfabeto funcional como toda pessoa que sabe escrever seu próprio nome, assim como lê e escreve frases simples, efetua cálculos básicos, porém é incapaz de interpretar o que lê e de usar a leitura e a escrita em atividades cotidianas.

O Instituto Paulo Montenegro e a ONG Ação Educativa – parceiros na criação e implementação do Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF) – organizaram um relatório apresentando as análises e interpretações dos resultados das mensurações dos níveis de alfabetismo da população adulta brasileira, realizada no segundo semestre de 2007, e mostrou que,

A maioria (64%) dos brasileiros entre 15 e 64 anos que estudaram até a 4ª série possuem no máximo a habilidade de localizar informações explícitas, em textos curtos ou efetuar operações matemáticas simples, mas não são capazes de compreender textos mais longos, localizar informações que exijam alguma inferência. E ainda mais grave: 12% destas podem ser considerados analfabetos absolutos em termos de habilidades de leitura/escrita, não conseguindo nem mesmo decodificar palavras e frases [...]. Dentre os que cursam ou cursaram da 5ª a 8ª série, apenas 20% pode ser considerado plenamente alfabetizado ( INAF, 2007 , p. 12).

Esses dados apresentados pelo INAF quanto aos elevados índices de analfabetismo funcional sugerem que se efetive uma reflexão e discussão sobre a alfabetização, considerando que existem evidências significativas de que há métodos, procedimentos e técnicas de alfabetização e que uns são mais eficazes que outros, e para garantir qualidade no ensino faz-se necessário uma análise da literatura especializada que apontam evidências científicas com relação à alfabetização em especial.

Ainda segundo o INAF (2007, p. 12),

[...] 47% dos que cursaram ou estão cursando o Ensino Médio ainda atingem o nível Pleno de alfabetismo (esperado para 100% deste grupo) praticamente outros tantos (45%) permanece no nível básico. Somente entre os que chegam ou completaram o Ensino Superior é que prevalecem (74%) os indivíduos com pleno domínio das habilidades de leitura/escrita e das habilidades matemáticas.

Diante desse quadro, surgem inúmeros debates e estudos propondo a discutir as raízes do problema. Dentre esses estudos destacamos o documento intitulado Grupo de trabalho Alfabetização Infantil, elaborado por um grupo de especialistas do Brasil, da França, de

Portugal, dos Estados Unidos e da Inglaterra, que apresenta os avanços científicos alcançados nos últimos 30 anos sobre o processo de alfabetização e escrita, assim como sobre os métodos de alfabetização.

Este grupo de especialistas notáveis foi convidado pela Comissão da Educação e Cultura da Câmara dos Deputados do Brasil para apresentar ao País um painel sobre os conhecimentos científicos e as experiências de outros países sobre as teorias e práticas de alfabetização, as reformas de programas que ocorreram na Inglaterra, França e nos Estados Unidos. O pressuposto do qual partiu a Comissão da Educação e Cultura era de que para erradicar o analfabetismo funcional seria preciso alfabetizar adequadamente as crianças.

O reconhecimento da universalidade das evidências científicas [...] não pode ser negado a não ser que se negue, igualmente, a própria validade dos cânones científicos. Paralelamente, nada poderia ocultar de uma visão cientificamente esclarecida a gravidade das informações representadas nos dados que os sistemas nacionais e internacionais de avaliação em larga escala publicam quando se trata da habilidades de leitura e do desempenho leitor de nossa população escolar infantil e adolescente (OLIVEIRA & SILVA, 2008, p. 24).

Reconhecendo a importância de tal documento, o presente estudo o tem como fonte de pesquisa, uma vez que se trata de um documento que aborda a alfabetização e busca compreender como e quando ela deve ocorrer, baseando se em evidências científicas e na vivência de outros países onde os debates e estudos a esse respeito encontram-se mais discutidos do que no Brasil.

## **ALFABETIZAÇÃO BASEADA EM EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS**

De acordo com o relatório Brasil (2007), no cenário internacional há significativos avanços nos conhecimentos científicos sobre alfabetização, muitos destes publicados no ano de 2000 no National Reading Panel Report. Destacam-se os trabalhos da Dr<sup>a</sup> Rhona Jonhston; Os relatórios que vem sendo produzidos na Inglaterra; Os desenvolvimentos do Programa LAMP da UNESCO; Os avanços das políticas associadas como Reading First Act nos Estados Unidos e todas impulsionadas pelas pesquisas publicadas nos últimos anos especialmente as editadas pelo NICHD – National Institute of Children Health and Human Development dentre outros trabalhos e livros publicados.

Diante das evidências científicas acumuladas e revisadas, especialmente por Adams (1990) e no NRP (2000), faz-se necessário que se compreenda o que é o processo de

alfabetização e se estabeleça as devidas distinções entre o ato de aprender a ler do ato de ler para aprender. Tais esclarecimentos fazem a diferença para que se possa intervir de forma objetiva no desenvolvimento em leitura e escrita da criança, garantindo maiores chances de sucesso no futuro no campo educacional.

A alfabetização é imprescindível para o processo inicial de escolarização. Para uma boa alfabetização é relevante a compreensão de que “ler consiste na capacidade de extrair a pronúncia e o sentido de uma palavra a partir de sinais gráficos. Escrever consiste na capacidade de codificar graficamente os sons correspondentes a uma palavra [...]” (BRASIL, 2007, p. 25).

Esses conceitos e diferenças são importantes, uma vez que confusões conceituais do aprender a ler com o ler, ocorrem pela falta de clareza do que venha a ser alfabetização, ou seja, à criança aprender como funciona o sistema de escrita desde os princípios básicos até a ortografia. No entanto, na alfabetização a criança aprende muito mais do que o sistema de codificação de uma língua, refere-se ao processo de aprender a ler, e não ler para aprender cujo objetivo diz respeito aos outros anos de ensino posteriores à alfabetização.

Cabe salientar que aprender a ler é o primeiro estágio no processo de ler para aprender, processo considerado longo que requer o reconhecimento de palavras e a compreensão do significado de textos. “Aprender a ler refere-se a capacidade de identificar palavras numa sentença ou texto. Para que haja compreensão, a identificação de palavras deve ocorrer de forma imediata, isto, é, com velocidade e precisão” (BRASIL, 2007, p. 27).

Aprender a ler consiste em adquirir competências para decodificar, sendo que a decodificação é o processo de converter letras em sons estabelecendo a correspondência grafema-fonema. Aprender a ler ajuda o leitor a ler e, ler por sua vez, é fundamental para compreender. Em geral, quando a criança começa a aprender a ler apresenta capacidade oral, porém pouca capacidade para reconhecer palavras.

Em suma, pode-se afirmar que o aprender a ler é um processo no qual é necessário adquirir algumas habilidades que vão desde o reconhecimento de palavras escritas, como a decodificação e aglutinamento fonológico. Conforme a competência de leitura avança, por meio da prática, a decodificação fica mais eficiente o que torna mais fácil o reconhecimento imediato da ortografia das palavras.

A essência de aprender a ler está em aprender a fazer a decodificação fonológica a qual constitui o cerne do conceito de alfabetização. Sendo assim, visualizando a importância do aprender a ler na alfabetização, bem como tendo claro que não se trata de algo natural, mas algo que pode ser desenvolvido se observados e trabalhados alguns requisitos que garantam

tal aprendizado é que a alfabetização requer ser tratada no Brasil com outros olhos, focando para além do que se vivencia, isto é, buscando fundamentar-se nas evidências existentes, levando em consideração os avanços da Ciência Cognitiva da Leitura.

Tratando-se por tanto de um fato científico, aprender a ler requer uma compreensão do princípio alfabético, o aprendizado das correspondências entre grafemas e fonemas, a segmentação das sequências ortográficas e fonológicas de palavras e, ainda, o uso de regras de correspondência grafema-fonema para decodificar informações.

Hoje, particularmente no Brasil, é comum um manejo didático do ensino de leitura que além de não proporcionar a compreensão do princípio alfabético negligencia ou desdenha o **ensino explícito e sistemático** das correspondências usuais e permitidas entre grafema e fonema. Nesses casos os alunos, inevitavelmente, terão que intuir, por conta própria, o princípio alfabético adivinhar as correspondências permitidas entre grafema e fonema (OLIVEIRA & SILVA, 2008, p. 3).

Assim sendo, as evidências confirmam que a leitura está diretamente ligada a palavras e letras e que crianças com dificuldades de identificar palavras apresentam também dificuldades de compreensão, ou seja, tendo a criança dificuldade de identificar palavras terá de forma automática dificuldades de leitura. É nesse prisma que destacamos a importância de uma atenção especial ao observarmos que os dados refletem a imensa dificuldade de nossos alunos não só em ler, mas principalmente em compreender o que lêem. Dessa forma faz-se necessário focarmos nossa atenção para práticas de ensino direcionadas ao aprendizado da leitura e de sua essência que é aprender a fazer a decodificação fonológica.

## **COMPETÊNCIAS E HABILIDADES NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO**

A alfabetização requer competências que incluem o conhecimento do princípio alfabético, ou seja, a capacidade de estabelecer relação grafema e fonema, a decodificação, o reconhecimento automático de palavras e a fluência. Porém, para que ocorra o domínio do princípio alfabético é preciso que a criança conheça as letras, seu nome e traçado, e tenha consciência fonêmica, a identificação dos fonemas da língua.

No entanto, é preciso que lhe seja assegurado o desenvolvimento dessas competências, principalmente o domínio do princípio alfabético e a consciência fonêmica, para que seja

assegurado seu aprendizado. O valor dado a essas duas competências é um fato científico importante produzido pela Ciência Cognitiva da Leitura.

Segundo o relatório BRASIL (2007), após análise dos fatores que influenciam a leitura por autores do National Reading Panel (2000), é que foram estabelecidas competências e habilidades fundamentais para o processo de alfabetização, que dizem respeito à consciência fonológica que é a habilidade de perceber os sons da fala como entidades independentes de seu significado; familiaridade com textos impressos; metalinguagem que é o uso da própria língua para descrevê-la ou explicá-la; consciência fonêmica, ou seja, o entendimento de cada palavra falada pode ser concebido como uma sequência de fonemas; conhecimento do princípio alfabético; decodificação; fluência; vocabulário e estratégias de compreensão de textos.

Reconhecendo a importância de tais competências e habilidades na garantia do sucesso da alfabetização, convém salientar que no Brasil tais competências não são incorporadas às práticas de alfabetização, assim como frequentemente se confunde alfabetização com a compreensão por meio do alfabetizar letrando, que sustenta a alfabetização e letramento, entendendo este como meio mais eficiente de se alfabetizar. Sendo que, as descobertas da neurociência e os avanços da psicologia cognitiva nos conduzem a uma superação ideológica para nos firmarmos em evidências científicas.

Evidências essas que atestam para a superioridade dos métodos fônicos com relação aos outros métodos, principalmente os métodos fônicos sintéticos que por meio de materiais adequados, possibilitam o ensino sistemático e explícito das relações grafemas e fonemas (OLIVEIRA, 2006, p. 10).

Ao abordarmos questões referentes às habilidades e competências observaremos que as idéias referentes à alfabetização no Brasil estão distorcidas e que é concebida como natural a utilização do termo soletrar e escrever como sinônimos. Cada qual tem suas especificidades e definições. Soletrar é uma habilidade essencial para as crianças aprenderem a escrever bem. Escrever, é mais difícil do que ler, refere-se à capacidade de codificar sons usando os sinais gráficos correspondentes os grafemas. “Num processo de alfabetização, primeiro é preciso aprender a grafar as palavras adequadamente, aplicando critérios de transcrição fonológica segundo padrões ortográficos, para em outro momento compor textos”(BRASIL, 2007, p. 49).

Para que o desenvolvimento da escrita ocorra com êxito, o relatório BRASIL (2007, p. 49) reforça que é necessário que primeiro ocorra o envolvimento das crianças com a escrita, por meio de estímulos e de condições no ambiente como o manuseio de livros e materiais impressos, além do acesso a artefatos que as possibilitem rabiscar, desenhar, realizar

tentativas de escrita, e tais estímulos e condições devem ser propiciados a criança bem antes da fase de alfabetização, durante a educação infantil.

O ensino dos códigos e regras de conversão fonema-grafema exerce um papel fundamental na aprendizagem da escrita por permitir que as crianças utilizem estas regras, quando necessárias, de forma intencional, e por acelerar a aprendizagem implícita, entendendo por aprendizagem implícita a responsável pela leitura automática, enquanto que aprendizagem explícita se refere à possibilidade da criança tomar decisões quanto ao que está lendo ou escrevendo.

## MÉTODO FÔNICO

Como discutido anteriormente, o foco da alfabetização está na decodificação, para tanto, se faz necessário a escolha de um método de ensino que privilegie ensinar o aluno a decodificar. Por esta razão é que o método fônico é tido como superior a outros métodos, sendo adotado em programas de ensino dos países industrializados.

Oliveira & Silva (2008, p. 26-28) apresentam como alguns países desenvolvidos vem reagindo as evidências científicas sobre como alfabetizar:

<b>Países</b>	<b>Referência básica</b>	<b>Observações</b>
FRANÇA	Nouveaux Programmes de L'École Primaire. Boletim Officiel hors-série n° 3 du 19 juin 2008. Programme de l'École Maternelle – Petite Section, Moyenne Section, Grande Section.	Prescreve o ensino do princípio alfabético e da decodificação e descreve as habilidades fônicas a serem dominadas ao final da escola maternal nos termos dos princípios instrucionais da abordagem fônica.
INGLATERRA	Dfes – Department for Education and Skills (atual DCFS – Department for Children, Schools and Families). Primary National Strategy. The Primary Framework for literacy and mathematics: core position papers underpinning the renewal of guidance for teaching literacy and mathematics, 2006.	O Primary Framework publicado em 2006/2007 revisou a National Literacy Strategy. Esse documento aprofunda e detalha os procedimentos de ensino do métodos fônicos.

Países	Referência básica	Observações
EUA	<p>NICHD – National Institute for Children Health and Human Development. National Reading Panel - Teaching Children To Read: Na Evidence-Based Assessment of The Scientific Research Literature on Reading and Its Implications for Reading Instructions, 2000.</p> <p>Partnership for Reading. Put Reading First. The Research Building Blocks for Teaching to Read.</p>	<p>O National Reading Panel torna-se a referência básica para a reformulação das políticas nacionais (Put Reading First) e da revisão dos currículos nos vários estados.</p> <p>Partnership for Reading é um esforço colaborativo entre o NICHD, o NIFL e US Department of Education.</p> <p>Apresenta princípios para uma ensino de leitura <i>scientifically evidence-based</i> iniciando-se por treino da consciência fonêmica, ensino do princípio alfabético e decodificação, procedimentos básicos dos métodos fônicos. Recursos federais são liberados apenas para programas estaduais que seguem essas recomendações.</p>
AUSTRÁLIA	<p>Australian Government – Department of Education Employment and Workplace Relations. National Inquiry into The Teaching of Literacy. Report and Recommendations.</p>	<p>Hon Dr. Brendon Nelson, convocou, em 2004, painel sobre leitura. O Painel foi dirigido por especialista da ACER a mesma agência que dirige o consórcio PISA. Os achados do relatório foram integrados pelo Council of Australian Governments (COAG) à National Reform Agenda. Eles confirmam a superioridade da eficácia dos métodos fônicos e se tornaram a base para a formulação dos programas de ensino.</p>

Países	Referência básica	Observações
FINLÂNDIA	FNBE - The Finnish National Board of Education. National Core Curriculum for Basic Education 2004. Learning Objectives and Core Contents of Education. Mother Tongue and Literature.	O currículo nacional descreve precisa e detalhadamente as habilidades a serem aprendidas. No que diz respeito ao aprendizado da leitura prescreve o ensino explícito das relações letra/som, identificação, junção, decomposição e isolamento de sílabas e sons básicos nas palavras, reconhecimento de palavras iniciando-se pelas mais usuais e regulares. No caso da caligrafia, por exemplo, prescreve o ensino de letra cursiva e caixa alta e apresenta os modelos de letras a serem ensinadas, com o objetivo de assegurar a eficiência e fluência na escrita.

Contudo, a decodificação por si só não é suficiente. É preciso que a criança, para se tornar um leitor independente, aprenda a ler com fluência, desenvolva um amplo vocabulário e, ainda, aprenda estratégias que propiciem compreender e analisar textos cada vez mais complexos.

Embora a decodificação não seja por si suficiente para alfabetizar a criança, ainda assim, há de se convir que as evidências comprovam que a decodificação é essencial na formação do bom leitor, e uma das críticas mais comuns que se faz ao método fônico é a crença baseada em princípios e ideologias de que decodificar não é importante.

Outra crítica comum também é a de vislumbrar a fônica como sendo algo mecânico, pelo contrário trata-se de uma atividade cognitiva na qual o aluno aplica regras para resolver problemas de correspondência entre fonema e grafema e ainda a exercitação é necessária para o ensino de decodificação e para fixação de conceitos e princípios.

Além disso, educadores contrários ao método fônico o criticam por considerarem que esse nega os usos sociais da língua. Tal crítica se dá pela falta de entendimento de que na fase da alfabetização, de acordo com a Ciência Cognitiva da Leitura, a criança precisa de textos simples e decodificáveis para sua aprendizagem, ao contrário ao que ocorre na prática nas salas de aula, onde predominam a ideia de que todos os textos têm que ser complexos, mesmo os utilizados no processo de alfabetização.

De acordo com Capovilla & Capovilla (2004), o texto deve ser introduzido gradualmente, conforme a criança for adquirindo habilidades de decodificação e à medida que ela for recebendo instruções sistemáticas de correspondência grafema e fonema e de consciência fonológica.

O relatório BRASIL (2007) faz críticas aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), norteadores para as práticas docentes que foram difundidos por todo o país, após terem sido publicados pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e distribuídos aos professores em 1997. As críticas se restringem a perspectivas construtivistas e sociointeracionistas, contrárias ao método fônico, uma vez que para os construtivistas ler é muito mais que decodificar, é preciso que se tenha contato com livros, ou seja, o contexto ajuda o leitor e, com isso ignora-se a importância das habilidades de consciência fonêmica.

Se os líderes mundiais em pesquisa e em educação descobriram que o Método Global contraria o conhecimento científico e prejudica o desenvolvimento da criança, mudemos o método! Se a ciência nacional e internacional apontam para uma mesma direção, revelando a falácia dos PCNs brasileiros atuais, basta reorientar esses PCNs para o rumo certo (CAPOVILLA & CAPOVILLA, 2004, p. 66).

Além disso, os PCNs sugerem que se trate o aluno como se soubesse ler e escrever de forma autônoma, Capovilla e Capovilla (2004) explica que no Brasil se propõe atividades complexas demais, ou elementares demais, desconsiderando o desenvolvimento cognitivo da criança, contrário ao que ocorre em países como na Inglaterra em que a criança é preparada para a decodificação com competência e ensinada a utilizar a fala eficientemente e ainda, cujo governo determinou a retomada do Método Fônico adotando-o novamente no currículo nacional.

[...] após estudos sistemáticos e aprofundados, os pesquisadores e educadores britânicos perceberam que, com o método global de leitura a partir de textos e palavras inteiras, as crianças não estavam aprendendo tão bem quanto com o método Fônico que costumava ser usado anteriormente. A partir desta constatação, houve um retorno definido ao ensino fônico explícito e sistemático. Desde então, as avaliações de leitura têm revelado que os desempenhos tem se elevado significativa e sistematicamente bem acima da média nacional. Como consequência desses achados iniludíveis, o governo britânico, determinou, em seu Currículo Nacional para o Inglês ( National Curriculum for English) que a instrução fônica sejam novamente incorporados ao currículo nacional britânico (CAPOVILLA & CAPOVILLA, 2004, p. 24).

No entanto, no Brasil estudos começam a ser realizados mostrando a superioridade do ensino fônico, segundo Capovilla & Capovilla (2004), na Universidade de São Paulo, em uma pesquisa a partir de um programa de intervenção com o intuito de desenvolver a consciência fonológica. Tal pesquisa que fora realizada com crianças com distúrbios motor e da fala, tanto em escolas particulares como em públicas, confirmaram a eficácia do Método Fônico.

O Relatório do National Reading Panel (NRP) assim define o método fônico: ‘o ensino fônico sistemático é uma forma de ensino que enfatiza a aquisição das correspondências entre letras e som e seu uso para ler e soletrar palavras. O ensino pelo método fônico destina-se a alunos de alfabetização nos anos iniciais da escolaridade e para crianças que têm dificuldade de leitura’ (NICHD 2000 apud OLIVEIRA & SILVA, 2008, p. 2).

É fundamental, portanto, um olhar atencioso para a alfabetização no Brasil, uma vez que segundo as evidências apontam para um meio de assegurar aos alunos uma aprendizagem real e de qualidade, porém faz-se necessário o esclarecimento e definição de alguns parâmetros tais como quando ensinar e qual a duração desse processo.

De acordo com Oliveira & Silva (2006, p. 13), pautados em Berninger e Richards, há evidências fortes de que existe um período propício para a alfabetização e o início da escolarização formal. Esse período ocorre por volta de 1 à 3 anos letivos nos países de língua cuja escrita é alfabética concluindo aos 7 anos de idade.

[...] o aprendizado tem que se dar em certo período de tempo. Mesmo no tradicional ensino seriado, esse fato precisa ser levado em conta. Se um ciclo substitui um período de 3 séries, por exemplo, ao final de 3 anos, os alunos têm que aprender e desenvolver as habilidades requeridas (KLEIN, 2006, p. 157).

Ao examinar os resultados do SAEB, por exemplo, reforça-se a tese de que as crianças na educação infantil devem ser estimuladas, incentivadas e até mesmo preparadas para a alfabetização e que a educação garantida ao final do período pré-determinado do processo de alfabetização, sejam alfabetizadas com qualidade, para que prossigam seus estudos apresentando resultados satisfatórios nos exames de aprendizagem.

Isso parece complicado, no Brasil não ter uma definição clara do que venha a ser alfabetização, além de não se ter um consenso de quando se deve alfabetizar e quanto tempo

deve durar esse processo. Não tendo tal definição, cada estado, município e até mesmo escola acaba elaborando suas próprias definições. Isso ocorre devido o Brasil seguir modismos pedagógicos, fruto da falta de historicidade do que venha a ser alfabetização.

Como se pode perceber nas mudanças ocorridas no ensino nos últimos anos como, por exemplo, ampliação do Ensino Fundamental de oito para nove anos com ingresso obrigatório da criança aos seis anos de idade, há uma confusão de conceitos, definições que por falta de clareza escolas entendem que o primeiro ano, ou seja, a turma de alfabetização deva ser vista como uma turma de pré e que por isso deva ser dedicado maior tempo e atenção ao brincar, ao lúdico.

Outras escolas, por sua vez, entendem que nem pré nem primeiro ano, mas uma junção dos dois e sendo assim, mescla o alfabetizar com as questões que dizem respeito à educação infantil. Além dessas existem escolas que focam suas atividades na alfabetização, mas mesmo nessas escolas ainda surgem algumas dúvidas sobre como se deve alfabetizar no primeiro ano.

Independente da visão dessas escolas sobre alfabetização o que se percebe é que elas não estão conseguindo, ao longo de um ou de três anos, fazer com que seus alunos aprendam. Esses alunos ao final do quarto e quinto ano apresentam ainda dificuldade de compreensão devido à dificuldade que estes apresentam com relação a leitura, além disso encontra-se alunos nestes anos de ensino com sérias dificuldades de decodificação.

No Brasil existe o hábito de mudar os nomes ou fazer leis e achar que o problema vai ser resolvido. Não há fórmulas mágicas para melhorar a qualidade de ensino. Em qualquer sistema, os alunos precisam passar e, se não estiverem com o nível adequado é preciso recuperá-los (KLEIN, 2006, p. 158).

O descompasso no Brasil parece desconsiderar que as evidências científicas demonstram a necessidades de intervenções apropriadas tanto na fase de preparação para a alfabetização como para a alfabetização em si, pois a prevenção é melhor do que ficar tentando recuperar aluno, prática esta cada vez mais comum nas escolas brasileiras. Porém, sabe-se que não basta só chegar a uma conclusão sobre o que seja, e a duração da alfabetização, é preciso também que se faça um acompanhamento desse processo e utilizando instrumento de diagnóstico para que se possa o mais rápido possível fazer as devidas intervenções ao se deparar com alunos com grau de dificuldade de aprendizagem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da alfabetização baseada em evidências científicas dá ênfase à questão da importância da incorporação das descobertas da neurociência, sobretudo dos avanços da Ciência Cognitiva da Leitura, além de práticas de alfabetização capazes de garantir uma aprendizagem de qualidade. No sentido de minimizar, e até mesmo superar os problemas educacionais enfrentados pelo Brasil, relativos a essa questão enfatizado, especificamente o papel do método fônico, entendendo que a alfabetização requer competências e habilidades, mas, acima de tudo, de uma definição clara sobre o que é alfabetizar, o tempo e a duração desse processo.

Essa questão dos métodos de alfabetização é algo que vem sendo discutido em diversos países e o Brasil principalmente por não estar apresentando resultados satisfatórios em suas avaliações oficiais no que tange a alfabetização de seus alunos, deveria abrir espaços para debates e pesquisas procurando levar em consideração as evidências científicas sobre o assunto e buscando conhecer o método fônico e os resultados que os países citados neste artigo estão obtendo em suas avaliações oficiais.

Da mesma forma, deveria proporcionar aos acadêmicos de pedagogia de nosso país maior competência em Língua Portuguesa, assegurando a oportunidade de ao menos conhecer esse método, cuja essência encontra-se na decodificação, compreendendo a importância do ensino do princípio alfabético para as crianças e do desenvolvimento da leitura para que, com isso possa-se alcançar a qualidade do ensino.

Embora tenha se iniciado uma discussão sobre esta temática no Brasil, gerando o documento analisado intitulado ‘Grupo de trabalho Alfabetização Infantil’, tal discussão mesmo tendo reconhecido a superioridade do método fônico frente aos outros métodos e apresentando as experiências de outros países que o adotaram, ainda assim, tais discussões não tomaram as proporções que mereciam.

O Brasil se destacará e promoverá avanços se, propuser-se a estudar, conhecer, compreender e adotar uma postura de alfabetização condizente com o estado atual do conhecimento sobre o assunto, por tanto se recomenda que esta análise seja feita e que assegure a adoção de políticas e práticas contundentes baseadas em evidências científicas extremamente necessárias para a garantia da qualidade no ensino no Brasil.

## REFERENCIAS

- BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão de Educação e Cultura. Grupo de Trabalho Alfabetização Infantil: os novos caminhos. **Relatório Final**, 2ª Edição: Brasília, Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informações, Coordenação de Publicações, 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Brasília, 1997.
- CAPOVILLA, Alessandra Gatzuzo SEABRA; CAPOVILLA, Fernando César. **Alfabetização: Método Fônico**. 3ª Ed. São Paulo: Memnom. 2004.
- INAF. Indicador de alfabetismo funcional Inaf / Brasil – 2007 Disponível em: <[http://www.smec.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-dados-estatisticos/indicador%20de%20analfabetismo %20funcional % 20 2007 .pdf](http://www.smec.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-dados-estatisticos/indicador%20de%20analfabetismo%20funcional%202007.pdf)> Acesso em: 04/09/2011.
- KLEIN, Ruben. Como esta a educação no Brasil? O que fazer. **Ensaio**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 51, p. 139-171, abr./ jun., 2006
- OLIVEIRA, João Batista. O presidente, o ministro e o analfabetismo **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 22 dez. 2009. Disponível em: < <http://www.alfaebeto.org.br/>>. Acesso em: 16/ 08/ 2011.
- OLIVEIRA, João Batista; SILVA, Luiz Carlos Faria. Métodos de alfabetização: o estado da arte. **Alfa Educativa**, Belo Horizonte, dez. 2008. Disponível em: < <http://www.alfaebeto.org.br/>>. Acesso em: 15/06/2011.
- OLIVEIRA, João Batista; SILVA, Luiz Carlos Faria. O impacto das séries iniciais: educação infantil, analfabetismo funcional e equidade. **Alfa Educativa**, Belo Horizonte, out. 2006. Disponível em: < <http://www.alfaebeto.org.br/>>. Acesso em: 10/08/2011.
- OLIVEIRA, João Batista Araujo e. Avaliação em alfabetização. **Ensaio**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 48, 2005.